



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

**CONTRATO CONTRATANTE Nº 012/2015 –
PREGÃO- ELETRÔNICO**

**CONTRATO PARA A PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE DEGRAVAÇÃO DE ÁUDIO
GRAVADO EM FITA K7, MINI DISC, CD E DVD
QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO
FEDERAL DE MEDICINA E A EMPRESA
ANDERSON MACEDO DA ROCHA – ME, NA
FORMA ABAIXO:**

O **CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA**, Entidade de Fiscalização da Profissão Médica, instituída pela Lei n.º 3.268, de 30 de setembro de 1957, e regulamentada pelo Decreto n.º 44.045, de 19 de julho de 1958, alterado pela Lei n.º 11.000, de 15 de dezembro de 2004, com sede no SGAS 915 Sul, Lote 72 - Brasília - DF, CNPJ n.º 33.583.550/0001-30, por intermédio de seu representante legal, consoante delegação de competência conferida pela Lei n.º 3.268/57, neste ato representado pelo seu Presidente, **CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA**, brasileiro, casado, médico, portador da Carteira de Identidade n.º 833.670 SSP/PE, CPF n.º 043.281.674-72, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **ANDERSON MACEDO DA ROCHA – ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.333.845/0001-76, com sede à QNN 04, Conj. A, casa 19 – Ceilândia Sul, Brasília-DF, neste ato, representada pelo Sr. **ANDERSON MACEDO DA ROCHA**, RG n.º 2.101.536, inscrito no CPF n.º 951.670.301-10, e, daqui por diante, denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, com fulcro na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contrato para prestação de serviços sob demanda de degravação de áudio gravado em FITA K7, MINI DISC, CD e DVD, conforme as características, condições, obrigações e requisitos contidos no edital do Pregão 12/2015 e seus anexos.

1.2 – Especificações do Objeto:

1.2.1. – Quantidade de horas para degravação: 1000 (mil horas);

1.2.2 – Serviço de transcrição de FITAS K7, MD's, CD's e DVD's conforme demanda, gravada em CD em arquivo versão *Word* atualizada, compatível com os programas utilizados pelo CONTRATANTE, corrigidos gramatical e ortograficamente inclusive os



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

vícios de linguagem, com apontamentos no idioma português e identificação dos pronunciante.

1.2.3 O fornecimento será de acordo com as demandas solicitadas pelo CONTRATANTE.

1.2.4 O CONTRATANTE não se obriga a solicitar a prestação de serviço de uma só vez, podendo solicitar em quantidades e em percentuais menores, conforme necessidade demandada;

2 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Eletrônico nº 012/2015 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do contratado.

3 – CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1 **ATENÇÃO:** O prazo e o local para retirada das mídias para degravação será de 1 (um) dia útil, obrigatoriamente, na **Secretaria do CONTRATANTE – (SEGER)** localizada no **SGAS Qd. 915 lote 72 Asa Sul – Brasília – DF**, após o chamamento, que poderá ser realizado por telefone ou e-mail devidamente fornecido pela CONTRATADA.

3.2 O prazo descrito no item acima poderá ser estendido mediante solicitação, devidamente motivada, à gestora do contrato que procederá a sua análise;

3.3 Transcrever fidedignamente o conteúdo das fitas k7, MD's, CD's e DVD's, com registro prévio do nome e do cargo de cada orador, quando for o caso, com uniformidade, padronização e sem omissão de palavras, frases ou trechos;

3.4 No caso de falha na gravação das Fitas K7, MD's, CD's e DVD's, impossibilitando a correta compreensão do discurso, fazer constar do conteúdo degravado observações como: "interlocutor não identificado", "trecho inaudível", "intervenção feita fora do microfone", etc.

3.5 A devolução do material degravado deverá ser da seguinte maneira:



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

3.5.1 Deverá ser entregue na **Secretaria do CONTRATANTE – (SEGER)** localizada no **SGAS Quadra 915 lote 72 Asa Sul – Brasília – DF**, gravado em CD em arquivo versão *Word*, compatível com os programas utilizados pelo CONTRATANTE, corrigidos gramatical e ortograficamente inclusive os vícios de linguagem, com apontamentos no idioma português e identificação dos pronunciantes.

3.5.2 As unidades retiradas para degravação deverão ser devolvidas juntamente com a(s) mídia(s) digital(is) degravada(s).

3.5.3 O produto final deste trabalho deverá ser na quantidade necessária contendo todo o arquivo capturado das fitas/MD's/CD's e DVD's em forma de arquivo e em mídia digital.

3.6 **ATENÇÃO:** Os chamados para execução dos serviços de degravação deverão obedecer **RIGOROSAMENTE** aos prazos contados a partir do dia seguinte ao da entrega à CONTRATADA do material a ser degravado, conforme tabela a seguir:

MÍDIAS (FITA K7, CD MINI DISC e DVD) em horas	PRAZO MÁXIMO DE ATENDIMENTO	DESCRIÇÃO
Até 12 (doze) horas	Até 5 (cinco) dias úteis	Serviço de transcrição de FITAS K7, CD's, MD's e DVD's, de 80 minutos corrigidos gramatical e ortograficamente, apontamentos no idioma português, com identificação dos pronunciantes.
A partir 12 (doze) horas até 18 (dezoito) horas	Até 7 (sete) dias úteis	
A partir de 18 (dezoito) horas	Até 12 (doze) dias úteis	

3.7 A CONTRATADA quando não cumprir os prazos aqui estabelecidos estará sujeita às penalidades previstas no contrato;

3.8 O CONTRATANTE expedirá **Autorização de Realização de Serviços** para execução dos serviços contratados;



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

3.9 O gestor do contrato autorizará a quantidade de horas para a realização dos serviços antes do início das atividades, no qual deverá constar a descrição do serviço a ser realizado e o quantitativo de horas para a realização dos serviços;

3.10 Para efeito de **pagamento**, no caso de execução de serviço, considerará a proporcionalidade até $\frac{3}{4}$ quarto de hora e o tempo superior a $\frac{3}{4}$ quarto de hora, será considerado como uma hora e a medição da quantidade de horas para execução dos serviços será informado pelo CONTRATANTE no ato da entrega da mídia.

3.11 A CONTRATADA ficará responsável pela separação e identificação dos arquivos de acordo com as especificações indicadas pela CONTRATANTE nas referidas unidades gravadas.

3.12 Caso sejam retirados mais de uma unidade (FITA K7, CD, MINI DISC e DVD), referentes a um mesmo evento, a CONTRATADA devolverá o material degravado em um único arquivo do *word*.

3.13 As horas efetivamente trabalhadas no serviço de transcrição serão computadas pelo tempo do conteúdo do áudio presente nas mídias gravadas/degravadas, independente do tempo gasto para execução do serviço.

4 – CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

4.1. De acordo com os artigos 73 e 76 da Lei nº 8.666/93, o objeto deste Contrato será recebido da forma como se segue:

- a. Provisoriamente, imediatamente depois de efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações do Edital da Licitação;
- b. Definitivamente, após verificação da sua conformidade com as especificações contidas na proposta apresentada e/ou no edital e seus anexos, no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar do recebimento provisório.

4.2. A entrega do objeto pela empresa e seu recebimento pelo CONTRATANTE não implicam sua aceitação definitiva, que será caracterizada pela atestação da nota fiscal/fatura correspondente.



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

5 – CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 O prazo de vigência do contrato a ser firmado será fixado a partir da data da sua assinatura e terá a duração de 12 meses, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos de 12 meses até o limite de 60 meses, nos termos da Lei 8.666/93, por decisão do Conselho Federal de Medicina.

5.2 A prorrogação do contrato que trata o subitem anterior será precedida da realização de pesquisa de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para Administração.

5.3 O prazo previsto no item 5.1 deste contrato poderá ser prorrogado na ocorrência de quaisquer das hipóteses descritas no artigo 57 da Lei nº. 8.666/93, desde que seja apresentada justificativa, por escrito, até o 10 (décimo) dia útil anterior ao termo final do prazo pactuado.

6 – CLÁUSULA SEXTA – DOS INSTRUMENTOS INTEGRANTES DESTES CONTRATO

6.1. Constitui parte integrante do contrato os seguintes documentos, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento:

- a) Edital de Pregão Eletrônico nº 012/2015 e seus anexos;
- c) Propostas e documentos que integram o processo, firmados pela CONTRATADA;

6.2 – Os documentos supracitados são considerados suficientes para, em complemento deste contrato, definir a sua intenção e reger a execução adequada do objeto contratado dentro dos mais altos padrões da técnica atual.

6.3 – Em caso de dúvidas da CONTRATADA na execução deste contrato, estas devem ser dirimidas pelo CONTRATANTE, de acordo com o que consta no edital e seus anexos.

6.4 – O presente contrato poderá ser objeto de aditamento, mediante instrumento específico, que importe em alteração de qualquer condição contratual, desde que sejam assinados por representantes legais das partes, observando os limites e as formalidades legais.



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

7 – CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 A CONTRATADA deverá prestar os serviços com eficiência e presteza dentro dos padrões exigidos pela Administração do CONTRATANTE, obrigando-se, especialmente, a:

- a) Cumprir fielmente o estabelecido no contrato de forma que os serviços a serem executados mantenham em perfeito estado as unidades gravadas;
- b) A CONTRATADA se compromete a manter o mesmo padrão de qualidade dos serviços prestados durante toda a execução dos serviços;
- c) A CONTRATADA deverá disponibilizar contato (telefone, e-mail) a fim de atender, de pronto, as solicitações requeridas pela CONTRATANTE;
- d) Assumir inteira responsabilidade civil e administrativa pela execução dos serviços, correndo por sua conta o ônus inerente ao serviço prestado, tais como: encargos sociais, trabalhistas e previdenciários; tributos, taxas e licenças; custos com documentos concernentes ao contrato; seguros contra acidentes de trabalho.
- e) Manter sigilo quanto às informações que, em decorrência do trabalho, chegar ao seu conhecimento, sob pena de responsabilidade.
- f) A CONTRATADA deverá, a qualquer tempo, quando solicitada pelo CONTRATANTE, comprovar a quitação de todos os tributos decorrentes do contrato e apresentar as certidões correspondentes;
- g) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
- h) O produto final deste trabalho deverá ser na quantidade necessária contendo todo o arquivo capturado das fitas/MD's/CD's em forma de arquivo e em mídia digital.
- i) Entregar o material degravado de acordo com as exigências constantes no **Regime de Execução**.



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

8 – CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Expedir a ordem de fornecimento;
- b) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela empresa CONTRATADA para a fiel execução do contrato;
- c) Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato a ser firmado e efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
- e) Designar representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;
- f) Atestar a nota fiscal correspondente à execução dos serviços prestados, por intermédio do setor competente;
- g) Efetuar o pagamento mediante nota fiscal devidamente atestada;
- h) Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias para viabilizar a execução dos serviços;

9 – CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o CONTRATANTE, as sanções administrativas aplicadas a CONTRATADA serão as seguintes:

9.1.1 - Advertência;

9.1.2 - Multa;

9.1.3 - Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a administração;

9.1.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9.2 - Na hipótese de descumprimento de qualquer das condições avençadas, implicará multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, subtraído o que foi executado.

9.3 - Não havendo mais interesse do CONTRATANTE na execução parcial ou total do contrato, em razão do descumprimento pelo contratado de qualquer das condições estabelecidas para o fornecimento do objeto deste certame, implicará multa no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

9.4 - O descumprimento total ou parcial da obrigação, nos termos do item 9.3 ensejará, além da multa do item 9.3, as sanções previstas nos subitens 9.1.1 a 9.1.4 deste edital.

9.5 - As multas a que se referem os itens acima serão descontadas dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas nesta cláusula.

9.6 - Sempre que não houver prejuízo para o CONTRATANTE, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

9.7 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.

10 – CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1. Constituem motivos incondicionais para a rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79 da Lei nº 8.666/93, inclusive com as consequências do artigo 80 da referida lei.

11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado em favor da CONTRATADA através de ordem bancária até o 5º (quinto) dia útil após a entrega do documento de cobrança a



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

administração do Conselho Federal de Medicina e o atesto da nota fiscal pelo Executor do contrato;

11.2 A nota fiscal deverá vir acompanhada de comprovante de regularidade (certidão negativa) perante a Justiça do Trabalho as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA e comprovante de regularidade (certidão negativa) perante a Seguridade Social (INSS), inclusive relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS).

11.3 Caso a empresa CONTRATADA goze de algum benefício fiscal, esta ficará responsável pela apresentação de documentação hábil, ou, no caso de optante pelo SIMPLES NACIONAL (Lei Complementar nº 123/2006), pela entrega de declaração, conforme modelo constante da IN nº 480/04, alterada pela IN nº 706/07, ambas da Secretaria da Receita Federal.

11.4 Após apresentada a referida comprovação, a empresa CONTRATADA ficará responsável por comunicar ao CONTRATANTE qualquer alteração posterior na situação declarada, a qualquer tempo, durante a execução do contrato.

11.5 Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, este ficará pendente até que a empresa CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus ao CONTRATANTE.

11.6 Se, por qualquer motivo alheio à vontade do CONTRATANTE, for paralisada a prestação do serviço, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

11.7 Caso o CONTRATANTE não cumpra o prazo estipulado no item 11.1, pagará à empresa CONTRATADA atualização financeira de acordo com a variação do IPCA/IBGE, proporcionalmente aos dias de atraso.

11.8 – Não caberá pagamento de atualização financeira à empresa CONTRATADA caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva desta;

11.9 - Em havendo possibilidade de antecipação de pagamento, somente aplicáveis as obrigações adimplidas, a empresa CONTRATADA fará jus a desconto na mesma proporção prevista no item 11.7.

11.10 - No caso de pendência de liquidação de obrigações pela empresa CONTRATADA, em virtude de penalidades impostas, o CONTRATANTE poderá



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

descontar de eventuais faturas devidas ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO VALOR

12.1 O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução dos serviços deste contrato, o valor fixo e irrevogável de **R\$ 65,99 (Sessenta e cinco reais e noventa e nove centavos)** por hora de transcrição.

12.2 As horas efetivamente trabalhadas no serviço de transcrição serão computadas pelo tempo do conteúdo do áudio presente nas mídias apresentadas gravados/degravados, independente do tempo gasto para execução do serviço na sede da empresa.

13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE

13.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência do contrato, salvo se houver prorrogação do contrato, conforme disciplina o artigo 57 da Lei n.º 8.666/93, a critério do CONTRATANTE;

13.2. Eventual atualização monetária do valor do contrato seguirá o índice do IPCA/IBGE.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da contratação objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos orçamentários centro de custo 6.2.2.1.1.33.90.39.051 – Serviços de Degravação, Taquigrafia e Estenotipia

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. A fiscalização e acompanhamento da execução do presente contrato se dará por meio das servidoras **LUCIANA CARVALHO DE MEDEIROS** – Gestora Titular e pela **ÉRIKA JACQUELINE FERREIRA** - Gestora Substituta, especialmente designadas, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências, determinando o



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na forma do Artigo 67, da Lei nº 8.666, de 21.06.93.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 - A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições ora pactuadas, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

16.2 - A CONTRATADA se obriga a utilizar de forma privativa e confidencial, os documentos fornecidos pelo CONTRATANTE para execução do contrato.

16.3 - Para efeito deste contrato, não será considerado como precedente, novação ou renúncia aos direitos que a lei e o presente contrato assegurem às partes, a tolerância quanto a eventuais descumprimentos ou infrações relativas às cláusulas e condições estipuladas no presente contrato.

16.4 - A CONTRATADA assumirá a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação desta Licitação.

16.5 - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados ou preposto quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades.

16.6 - A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRATANTE, não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. A eficácia do contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, a ser providenciado pelo CONTRATANTE, nos termos do art. 20 do Decreto 3.555/2000.



CFM
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO E DOS CASOS OMISSOS

18.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal, em Brasília-DF, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou ações oriundas do presente contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.2 Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar os impasses, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõe a Lei nº 8.666/1993, o Decreto-Lei nº 3.555/2000, a Lei nº 10.520/2002 e demais legislações aplicáveis.

18.3 E, por estarem assim ajustados e de acordo, as partes assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nomeadas.

Brasília-DF,

de

de 2015

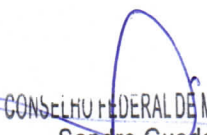


CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
CONTRATANTE




ANDERSON MACEDO DA ROCHA – ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
Sandro Guedes
SEGER/Contratos

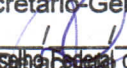
NOME (RG)



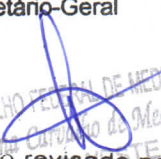
NOME (RG)

Contrato revisado pelo
Secretário-Geral

Em:



Conselho Federal de Medicina
Dr. Henrique Batista
Secretário-Geral



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
Assessoria Jurídica do Conselho
Contrato revisado pelo
Gestor do Contrato
Em, 26 / 06 / 2015
De acordo